



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado MAURO NAZIF

MPV 1108
00012

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.108, DE 25 DE MARÇO DE 2022

DISPÕE SOBRE O
PAGAMENTO DE AUXÍLIO-
ALIMENTAÇÃO DE QUE TRATA
O § 2º DO ART. 457 DA
CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO
TRABALHO, APROVADA PELO
DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º
DE MAIO DE 1943, E ALTERA A
LEI Nº 6.321, DE 14 DE ABRIL
DE 1976, E A CONSOLIDAÇÃO
DAS LEIS DO TRABALHO,
APROVADA PELO DECRETO-
LEI Nº 5.452, DE 1943.

EMENDA Nº

Dê-se a seguinte redação ao § 5º, do art. 75-B, da
Consolidação das Leis do Trabalho, constante do art. 6º da Medida Provisória
nº 1.108, de 25 de março de 2022:

“Art. 75-B.

.....

§ 5º O tempo de uso de equipamentos tecnológicos e de
infraestrutura necessária, e de softwares, de ferramentas
digitais ou de aplicações de internet utilizados para o
teletrabalho, fora da jornada de trabalho normal do empregado
constitui tempo à disposição, regime de prontidão ou de
sobreaviso.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauro Nazif
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222460567500>



CD/22246.05675-00



* C D 2 2 2 4 6 0 5 6 7 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado MAURO NAZIF

A Medida Provisória em questão é meritória em aprimorar às normas relacionadas à alimentação do trabalhador, objetivando otimizar o pagamento do auxílio alimentação previsto na Consolidação das Leis do Trabalho e melhorar a execução do Programa de Alimentação do Trabalhador, bem como em regulamentar disposições sobre o teletrabalho e o trabalho remoto.

Entretanto, falhou na redação do § 5º, do art. 75-B, ao prever que o tempo utilizado pelo trabalhador, fora da jornada de trabalho, em equipamentos tecnológicos, softwares ou aplicações de internet usados para o teletrabalho não será considerado como hora trabalhada, exceto se houver previsão contratual.

Sabemos que o trabalhador é o lado hipossuficiente na relação com o empregador e, na maioria das vezes, não tem o poder de discutir as cláusulas do contrato de trabalho. Nesse sentido, estamos alterando a redação do § 5º, do art. 75-B, para que seja considerado como tempo de trabalho o período no qual o empregado utiliza equipamentos tecnológicos e de infraestrutura necessária, softwares, ferramentas digitais ou de aplicações de internet utilizados para o teletrabalho, independente de previsão contratual.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado MAURO NAZIF



CD/22246.05675-00



* C D 2 2 2 4 6 0 5 6 7 5 0 0 *